

## **“Um ano que não passou”: o jornalismo científico como aliado na reconstrução da memória da repressão camponesa durante a ditadura militar brasileira<sup>1</sup>**

Lidia Maria Reis Torres<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

### **RESUMO**

O texto analisa as consequências do golpe de 1964 no Brasil, focando na violência contra camponeses e indígenas e no apagamento histórico dessas violências. O estudo, parte de uma especialização em Jornalismo Científico (LABJOR/UNICAMP), investigou essa repressão sistêmica através de revisão bibliográfica, entrevistas com, e análise de documentos como os relatórios da Comissão Camponesa da Verdade. O produto final foi um podcast, que seguiu a estrutura narrativa em 3 atos, e combinou pesquisa histórica e jornalismo científico para ampliar o debate sobre memória e Justiça de Transição.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Ditadura; Camponeses; Memória Coletiva; Justiça de Transição; Podcasts.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Mídia e Práticas Socioculturais, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

<sup>2</sup> Especialista em Jornalismo Científico pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR), Unicamp. Doutoranda em Ciências Sociais pela mesma Instituição.

## Introdução

(A classe roceira e a classe operária/ Ansiosas esperam a reforma agrária/ Sabendo que ela dará solução/ Para situação que está precária/ Saindo projeto do chão brasileiro/ De cada roceiro ganhar sua área- A Grande Esperança: Compositores: Francisco Lázaro e Goiás; Música lançada por Zilo&Zalo, 1964)

Em 2024, fez 60 anos do golpe de Estado que marcou a trajetória política e social do Brasil. “Um ano que não passou”, expressão comum entre militantes e pesquisadores do tema. Um ano que além de ter deixado cicatrizes na memória e na história do país, ainda é simbólico quando analisamos as motivações, os debates da época e os jogos políticos que dele fizeram parte, isso porque muitos destes pontos continuam presentes nas tomadas de decisões políticas e nas marcas socioculturais do cenário atual brasileiro.

O trabalho aqui apresentado é fruto do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na especialização em Jornalismo Científico, realizada no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR/UNICAMP). E a intenção com o TCC e com a apresentação neste Congresso é contribuir com os debates e as memórias deste período, trazendo luz a temas que ainda hoje precisam ser debatidos e rememorados, sendo o jornalismo uma chave central neste processo.

De forma especial, pesquisei e apresentei em formato de episódio de Podcast o apagamento sistemático da repressão e da violência acometida por setores empresariais e militares contra a população camponesa. Aqui farei uma breve contextualização dos pontos que nortearam minha pesquisa e minha construção do produto jornalístico.

O Comício das Reformas, que aconteceu em março de 1964, na Central do Brasil, reuniu mais de 200 mil pessoas para ouvir as propostas do então presidente João Goulart, o Jango. Nesse dia, Jango falou em defesa das reformas de base do seu governo: as reformas agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral. Ele também comunicou sobre dois decretos que tinha acabado de assinar. O primeiro era sobre a desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não pertenciam à Petrobras, para estatizá-las; E o segundo, era sobre a criação da Superintendência Regional de Política Agrária, a SUPRA. A SUPRA foi a base para o que ficou conhecido como a mãe de todas as reformas de base do seu governo: a reforma agrária. Na plateia, cartazes com os dizeres “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” eram levantados durante sua fala.

Não é à toa que “a mãe de todas as reformas de base” do seu governo, foi a reforma agrária. O debate agrário naquela época tinha uma centralidade nas demandas sociais do

período. Naquela época, de acordo com o Anuário Estatístico Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população era de 79,8 milhões de pessoas, sendo que 33 milhões viviam em áreas rurais. Uma pesquisa realizada em 1964, em oito capitais brasileiras, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), apontou que 72% dos entrevistados eram favoráveis à reforma agrária e consideravam que essa política deveria ser implementada com urgência no Brasil.

Uma outra pesquisa também realizada pelo IBOPE, um dia antes dos militares assumirem compulsoriamente o governo, apontavam que Jango tinha 70% de aprovação popular. O objetivo não é atribuir um único fator ao Golpe de Estado brasileiro, mas apontar que a terra, e as questões de terra, foram e são centrais para compreender a história do Brasil.

Os camponeses enfrentaram diversas formas de violência durante a ditadura, já que muitas vezes eram enquadrados como comunistas por sua luta pela reforma agrária (Gasparotto; Teló; Teixeira, 2023). Segundo os autores, “a atribuição da pecha de comunista em quem demandava terra encorajou ainda mais as oligarquias agrárias a adotarem práticas de violência contra camponeses envolvidos na luta pelo acesso à terra” (Idem.,p.3). Essa associação estratégica entre demanda por terra e comunismo, não apenas reforçou estruturas de opressão no campo, mas também ampliou o poder dos latifundiários em um contexto de repressão sistêmica, que já vinha acontecendo antes de 1964.

Um dos principais pontos que o Estado utilizava para tentar embasar a violência e a expropriação de territórios dos povos do campo, das águas e da floresta, era a justificativa de que a maioria destas populações não tinham a titulação das terras que historicamente viveram, plantaram e constituíram territórios. Este era um dos pontos que tanto incomodava a elite agrária do país. Com a reforma agrária, populações que eram conhecidas como “posseiros”, por não terem o título da terra, teriam respaldo burocrático para continuar morando e vivendo em seus territórios, e isso incomodava a oligarquia brasileira.

O debate sobre posse e propriedade de terra é um debate extensos nas Ciências Sociais, aqui salientamos o tema de forma breve para chamar atenção para uma das formas de violências acometida contra as populações rurais, que aconteciam antes do Golpe, continuaram durante o golpe e, ainda hoje, seguem acontecendo.

No governo militar, a implementação do Projeto de Integração Nacional (PIN), foi uma das principais formas de violência contra a população do campo. A construção da Transamazônica, planejada pelo PIN tinha como objetivo, segundo o governo militar, integrar as regiões Norte e Nordeste à economia nacional. Essa justificativa de integração nacional, expropriou povos indígenas e comunidades rurais de seus territórios, resultando em conflitos, perseguições e mortes. Em entrevista para o Podcast, o historiador, membro da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Rodolfo Costa Machado, salienta que:

Essa é a megalomania do governo Médici, que iria resolver o problema da reforma agrária do Nordeste: vamos levar os homens sem terra do Nordeste para a terra sem homens da Amazônia. Ou seja, o maior contingente de ribeirinhos indígenas sendo desumanizado no discurso oficial, o que é antecâmara do genocídio indígena.

No episódio, também há uma entrevista realizada com o Antônio Canuto, ativista histórico da luta contra a concentração fundiária no Brasil e um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A entrevista, foi a última entrevista em vida de Canuto, tendo sido realizada menos de 30 dias antes dele falecer. Em entrevista, Canuto traz as memórias do seu período de atuação no Pará, durante a construção da Transamazônica, e das lutas que enfrentou ao lado de seu amigo Dom Pedro Casaldáliga. Ele traz episódios de violência física e moral que sofreu ao defender posseiros de ameaças, perseguições e violências do Estado ditatorial brasileiro. Em uma de suas falas, Canuto conta que militares invadiram propriedades camponesas, alegando que nelas teria a construção de trincheiras para a intenção de uma luta comunista. Os militares solicitaram à Canuto, na época padre da comunidade, que ele fechasse “aquelas covas”. As covas, na verdade, eram buracos para plantar banana.

Casos como este contado por Canuto estão presentes na Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2012, por uma mulher que foi presa e torturada pelo regime ditatorial brasileiro, que foi a então presidenta Dilma Rousseff. Porém, outros casos apresentados no episódio estão presentes no relatório da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), Comissão que é pouco conhecida e que foi criada para investigar de forma especial os crimes cometidos contra a população do campo, das águas e da floresta, durante a ditadura.

Exemplo de casos presentes na CCV, apresentados no episódio, foi um episódio envolvendo a Cidapar, hoje conhecida como grupo Josapar, que atualmente segue sendo

uma das maiores marcas do agronegócio brasileiro, sendo dona das marcas Tio João e Meu Biju. No relatório apresentado no Podcast é destacado dois trechos da CCV:

Entre os inúmeros episódios que poderíamos registrar, deixamos aquele ocorrido nos dias 16 e 18 de junho de 1984, nos povoados de Japim e Cristal, onde policiais, a pretexto de estar à procura de Armando o “Quintino,” invadiram casas, agredindo homens, mulheres e crianças, espancando, jogando bomba de gás lacrimogêneo. Uma mulher abortou por conta destas ações violentas.

As portas das casas eram arrombadas e os policiais entravam armados, abordando colonos e lhes tirando a posse de qualquer arma que encontravam: revólver, espingarda ou qualquer outro instrumento de trabalho que em arma pudesse ser transformado. Fecharam todas as entradas destes lugarejos e não deixavam ninguém circular pelas ruas. [...]. A pedido da CIDAPAR no conflito do dia 1º de agosto de 1984, 160 PMs e dois helicópteros da FAB foram fornecidos para procurar colonos nas matas. (Comissão Camponesa da Verdade, 2014)

A Comissão Camponesa da Verdade, na época do relatório, chegou ao número de 1.196 camponeses(as) mortos e desaparecidos políticos. E o relatório da Comissão Nacional da Verdade, trouxe o número de 8.350 indígenas mortos e desaparecidos no mesmo contexto. Porém, o número de vítimas oficiais da ditadura reconhecidas pelo Estado brasileiro é de 434 pessoas. E aqui é um dos pontos centrais apresentados no TCC, a CNV, através do Estado brasileiro reconhece o envolvimento do Estado pela ação direta ou pela omissão do genocídio de comunidades indígenas inteiras. Mas, não há responsabilização do Estado, nem de outros entes, por essas mortes. Isso faz com que camponeses e indígenas sejam excluídos do direito à Justiça de Transição. A historiadora e pesquisadora da Comissão Nacional e da Comissão Camponesa da Verdade, Alessandra Gasparotto, em entrevista explicou o porquê:

Muitas vezes a gente tem essa figura dos jagunços, dos pistoleiros. É diferente, por exemplo, se a gente for pegar uma vítima da ditadura né, que morreu sob a repressão, mas que deu entrada, por exemplo, no doi codi, no dops, que tem um depoimento. Ali, tu tem registro que essa pessoa ingressou num prédio público, com agentes do Estado. Muitas vezes, quando se trata da violência no campo, que acontece, seja a partir da ação, seja a partir da omissão do Estado, essa materialidade, ela é mais difícil. E isso fez com que, historicamente, os camponeses e os camponesas fossem excluídos dos direitos da justiça de transição.

Também em entrevista e em suas pesquisas, Rodolfo Machado, tem defendido a tese de que, se a população indígena e camponesa fossem reconhecidas formalmente como vítimas do estado ditatorial brasileiro, a gente teria uma “Argentinização dos números” de vítimas da ditadura no Brasil. Isso porque os números da ditadura são sub representados e sub notificados, sendo urgente o debate do tema e a divulgação das pesquisas já feitas, para que o trabalho das Comissões sigam atuantes.

Importante destacar que anualmente a CPT produz relatórios de dados de conflitos no campo que acontecem no Brasil. E o seu último relatório, feito em 2023, traz os maiores números de conflitos já registrados na história da sua publicação. Foram mais de 2.200 conflitos registrados e mais de 59 mil hectares de terra em disputa envolvendo invasão, pistolagem, grilagem, destruição de pertences, destruição de casas, despejo judicial e expulsão de terra. As violências contra a população do campo seguem acontecendo e o podcast, revisitando histórias de perseguições e resistências no campo, traçando um panorama histórico e também suas atualizações nos dias de hoje, como falas do ex presidente Jair Messias Bolsonaro, propõe não apenas informar, mas também provocar reflexões sobre como a violência contra os camponeses não foi um fenômeno isolado ou restrito à ditadura.

A produção do podcast aliou pesquisa histórica e jornalismo científico, contribuindo para a conscientização sobre as consequências da ditadura para as populações rurais e para a sociedade como um todo. A construção do roteiro seguiu a estrutura narrativa de 3 atos e se deu a partir de entrevistas e sonoras históricas, com uma narrativa que priorizasse a informalidade da linguagem oral.

O foco na violência contra a população camponesa foi para buscar trazer luz a temas e populações historicamente excluídas de narrativas oficiais, a fim de combater, o que ressalta Gabriel Souza Bastos (2023), a ideia comum de “que a repressão se deu apenas aos grupos organizados e armados de esquerda, deixando de lado o reconhecimento da repressão que se abateu contra outros grupos” (idem.,p.42) e a fim de também contribuir com o debate sobre memória coletiva e Justiça de Transição no cenário brasileiro. Isto porque, a autora acredita que uma das importâncias do jornalismo científico socialmente engajado seja não só propor a divulgação de temas pouco pautados, mas também criar possibilidades de, através do debate sobre estes temas, fabular e construir mundos possíveis.

O episódio foi publicado no Oxigênio, veículo do Labjor-Unicamp reconhecido por sua excelência na divulgação científica. Para promover a acessibilidade e atender a diversos perfis de ouvintes, o roteiro completo do episódio foi disponibilizado na descrição dos tocadores de áudio e no site do podcast. Essa iniciativa visa garantir que o conteúdo seja acessível a pessoas com deficiência auditiva e àquelas que preferem ou necessitam de suporte escrito para acompanhar o material em formato de áudio.

O público alvo do Oxigênio é composto por jovens e adultos, em sua maioria universitários, pesquisadores e profissionais interessados em ciência e tecnologia. A narrativa do podcast é planejada para ser acessível ao público com afinidades de pesquisa variadas, conectando-os com o tema do episódio e promovendo curiosidade e reflexão crítica com os temas ali apresentados.

O processo de produção do podcast contemplou desde uma revisão bibliográfica até a busca por sonoridades alinhadas ao tema, como sonoras do Comício de Jango, publicidade da Rádio Nacional, falas de Dilma Rousseff e de Jair Bolsonaro. A revisão inicial da literatura se deu em três partes: levantamento de bibliografias de artigos, teses e relatórios da Comissão Nacional da Verdade e Comissão Camponesa da Verdade; levantamento de documentários e podcasts sobre o tema e, levantamento de matérias jornalísticas.

A seleção dos entrevistados em um primeiro momento, buscou levar em conta a diversidade e a representatividade de perspectivas regionais, raciais e de gênero. De forma geral, buscou-se pesquisadores, professores e ativistas que tivessem vivenciado ou pesquisado sobre a ditadura empresarial-militar brasileira e a repressão aos camponeses em diversas regiões do Brasil. Os entrevistados tiveram uma diversidade regional, institucional e de gênero, já que, devido à falta de informação sobre a autoidentificação racial nos currículos Lattes, a diversidade racial dos entrevistados foi um ponto de incerteza na busca de entrevistas. Os entrevistados foram: Antônio Canuto (Ativista e membro da CPT; Região Norte/Nordeste), Alessandra Gasparotto (Pesquisadora, membro da CNV e CCV; Pesquisas na região Norte e Sudeste), Gabriel Teixeira (pesquisador, membro da CCV; Pesquisas da Região Sudeste); Rodolfo Machado (pesquisador, membro CCV; Pesquisas na região Norte e Sudeste) e Maiara Dourado (pesquisadora, jornalista do Conselho Indigenista Missionário-CIMI; Pesquisas na região Centro-Oeste).

O episódio foi publicado em dezembro de 2024, aproveitando a efeméride do Golpe de Estado e, teve boa aceitação dos ouvintes e segue tendo boas estatísticas de acesso. Em relatório levantado em março de 2025 obteve-se os seguintes dados: 210 inicializações, 135 streamings, 116 ouvintes (reprodução), 87 ouvintes (streamings), 44h de tempo de consumo e 90 impressões nos últimos 30 dias. Ainda não há dados sobre a quantidade de ouvintes do site do Oxigênio, estes dados são do Spotify e ajudam a fomentar o debate das contribuições atuais da pesquisa realizada.

## REFERÊNCIAS

### Referências documentais

AGÊNCIA BRASIL. Há 60 anos, Jango fazia seu histórico comício na Central do Brasil, março de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ha-60-anos-jango-fazia-seu-historico-comicio-na-central-do-brasil>. Acesso em: 18 nov. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Reforma agrária é mãe das reformas de base, abril de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-04/reforma-agraria-mae-das-reformas-de-base>. Acesso em: 18 nov. 2024.

APUBLICA. Grupo dono do arroz Tio João teria metralhado de helicóptero casa de posseiros na ditadura, 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/grupo-dono-do-arroz-tio-joao-teria-metralhado-de-helicoptero-casa-de-posseiros-na-ditadura/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL DE FATO. Comício das reformas de João Goulart é realizado no dia 13 de março de 1964, março de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/13/comicio-das-reformas-de-joao-goulart-e-realizado-no-dia-13-de-marco-de-1964>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL DE FATO. O que passou na boiada de Ricardo Salles durante a pandemia, junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (BR). Jango tinha 70% de aprovação às vésperas do golpe de 64, aponta pesquisa, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/429807-jango-tinha-70-de-aprovacao-as-vesperas-do-golpe-de-64-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório da Comissão Camponesa da Verdade*. 2014. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-esta-disponivel-para-download/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CPT NACIONAL. Relatório de incidência conflitos do campo 2023, E-book, 2023. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14312:relatorio-de-incidencia-conflitos-do-campo-2023-cpt-ebook-final&catid=26> . Acesso em: 18 nov. 2024.

EL PAÍS BRASIL. Volkswagen assina acordo milionário de reparação por colaborar com a ditadura e abre precedente histórico, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-24/volkswagen-assina-acordo-milionario-de-reparacao-por-colaborar-com-ditadura-e-abre-precedente-historico.html> . Acesso em: 18 nov. 2024.

G1 GLOBO. Desnutrição infantil, garimpo e covid - Entenda os problemas que afligem a terra indígena Yanomami, maio de 2021 . Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/27/desnutricao-infantil-garimpo-e-covid-entenda-os-problemas-que-afligem-a-terra-indigena-yanomami.ghtml> . Acesso em: 18 nov. 2024.

HISTÓRIA DA DITADURA. História da luta pela terra no Brasil, YouTube, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=w\\_QiZV8eaJw](https://www.youtube.com/watch?v=w_QiZV8eaJw) . Acesso em: 18 nov. 2024.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA . Ampla maioria pede reforma agrária , [s.d]. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/ampla-maioria-pede-reforma-agraria> . Acesso em: 18 nov. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SP . A violação dos direitos das mulheres na ditadura , YouTube, 2021 . Disponível em : [https://www.youtube.com/results?search\\_query=alessandra+gasparotto](https://www.youtube.com/results?search_query=alessandra+gasparotto) . Acesso em :18 nov .2024 .

MUSEU DO TRABALHADOR DO CAMPO . Boias-frias e o Acordo de Guariba após a greve de 1984 , YouTube , 2024 . Disponível em : [https://www.youtube.com/watch?si=h\\_bgb0Hi0VVAyAL9&v=9ZiZbF6WYUk&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?si=h_bgb0Hi0VVAyAL9&v=9ZiZbF6WYUk&feature=youtu.be) . Acesso em :18 nov .2024 .

NEXO JORNAL . O grupo empresarial suspeito de atacar posseiros na ditadura , 2023 . Disponível em : <https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/06/07/o-grupo-empresarial-suspeito-de-atacar-posseiros-na-ditadura> . Acesso em :18 nov .2024 .

NEXO JORNAL . As 12 empresas investigadas por seus elos com a ditadura , 2023 . Disponível em : <https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/07/06/as-12-empresas-investigadas-por-seus-elos-com-a-ditadura> . Acesso em :18 nov .2024 .

NEXO JORNAL . O resgate de comissões que apuram e reparam abusos da ditadura , 2023 . Disponível em : <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2023/01/20/o-resgate-de-comissoes-que-apuram-e-reparam-abusos-da-ditadura> . Acesso em :18 nov .2024 .

SENADO FEDERAL (BR) . Em debate no Senado a reforma agrária esteve no centro dos debates pouco antes do golpe , março de 2014 . Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado> . Acesso em :18 nov .2024 .

JOSAPAR.COM.BR. A empresa , Josapar , [s.d] . Disponível em : <https://josapar.com.br/a-empresa/>. Acesso em :18 nov .2024 .

### Referências acadêmicas

BASTOS, Gabriel Souza. *A repressão esquecida: os camponeses e a ditadura em uma zona rural da Baixada Fluminense*. Revista de Estudos Rurais, v. 15, n. 2, p. 39-83, 2024. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v15i2.17798>.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. *A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985)*. Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87, 2015. Disponível em: <https://habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CANUTO, Antônio. *Ventos de profecia na Amazônia: 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia*. Editora Paulinas. 2021.

CANUTO, Antônio; BALDUÍNO, Dom Tomás. *Reforma Agrária, ontem e hoje*. Cadernos do CEAS, 2006. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/329/274>.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. 1971. Disponível em: <https://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

DO COUTO, Lucas Lambert. *Aposentadoria Rural: As Dificuldades De Se Provar O Labor Rural E A Consequente Supressão Dos Direitos Sociais*. Monografia (Graduação em [bacharel em Direito]) - [PUC/Campinas], 2021.

DOURADO, Maiara. *Misturados Na Terra: Uma Etnografia Da Luta Do Povo De Trombas E Formoso (Go)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2022.

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício; TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *As contribuições recentes das investigações sobre ditadura, repressão e lutas sociais no meio rural brasileiro*. Revista de Estudos Rurais, v. 15, n. 2, p. 7-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v15i2.19546>.

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício; TEIXEIRA, Gabriel da Silva; MEDEIROS, Leonilde; SAUER, Sérgio; SARAIVA, Regina Coelly; PORTO, Clea Nice. *Uma década de comissão camponesa da verdade: entrevista com Leonilde Medeiros, Sérgio Sauer, Regina Coelly Saraiva e Clea Nice Porto*. Revista de Estudos Rurais, v. 15, n. 2, p. 17-38, 2024. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v15i2.18226>.

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício. *Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)*. E-book, 2024. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Historias%20de%20lutas%20pela%20terra%20no%20Brasil%20-%20E-Book.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

QUEIROZ, Silvia Maria Brandão. *O olhar da Comissão Nacional da Verdade sobre as violações contra os povos indígenas e seus desdobramentos*. Revista de Estudos Rurais, v. 15, n. 2, p. 84-115, 2024. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v15i2.17954>.